

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ - SP

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jundiaí/SP, realizada no dia 07 de outubro de 2013, às 17h30, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Senador Fonseca nº. 605 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls. 67vs/68. Justificaram a ausência as conselheiras Camila M.M. Mendes, Ana Lucia Boneli Carolla. A Presidente Maria Aparecida Carlos, abriu a sessão após a segunda chamada com uma saudação a todos, procedeu à leitura da ordem do dia **1) Informes Gerais; 2) Reapresentação da prestação de contas 2012; 3) Política da população em situação de rua: a) retificação do plano de reordenamento de acolhimento em situação da população de rua; b) Posição do Conselho frente as manifestações da população do Anhangabaú; c) Deliberação sobre a realização de um fórum sobre população em situação de rua.** A senhora Presidente deu início às discussões do dia com o primeiro item da pauta: a) **Informes Gerais:** a) A Comissão de Registro do CMAS, ao analisar a documentação entregue pela instituição Lar do Caminho para a manutenção de seu registro junto a este Conselho verificou que os relatórios entregues, tanto para o CMAS quanto para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são genéricos, englobando os serviços executados por todas as unidades existentes do Lar do Caminho (outras cidades), não especificando exatamente qual trabalho executado na unidade de Jundiaí. Diante desta situação a Comissão visitou a instituição, oportunidade em que constatou algumas irregularidades, como por exemplo a falta de documento de transferência do adolescente para nossa cidade, diante disso, deliberou-se por uma reunião conjunta com o CMDCA, que contou com a participação da conselheira Patrícia Pierassi, integrante da Comissão de Registro do CMDCA, o Vice-Presidente Denilson Ricardo André, Conselho Tutelar e a Assistente Social do Fórum Ana Maria Quaggio, onde se decidiu a necessidade de provocação do Ministério Público; o Sr. Denilson Ricardo André comentou que o foco foi a inscrição da entidade junto aos conselhos, por isso enviaram ofício para a entidade com cópia para o Ministério Público, Vara da Infância e Juventude de Jundiaí e Conselho Tutelar, apontando as irregularidades, aguardaremos manifestação e correção das irregularidades; b) A Secretaria Executiva do CMAS agora tem uma linha direta de telefone, que é o (011) 4497 -0008, essa informação já foi compartilhada com todas as entidades via e-mail; c) a senhora Marilena Perdiz Negro comentou que, em razão da não alteração do Regimento Interno do Conselho e a deliberação por duas reuniões por mês, as das primeiras segundas feiras do mês serão consideradas extraordinárias, a reunião que ocorre sempre nas terceiras segundas feiras do mês continuará como reunião ordinária; d) A conselheira e Secretária Marilena Perdiz Negro comentou que o Ministério Público enviou um ofício ao Sr. Prefeito Pedro Bigardi informando que o Promotor Claudemir Battalini está cuidando do setor de inclusão social e solicitou muitas informações à respeito de Políticas Públicas, sendo que o tempo determinado para resposta é muito curto; dando prosseguimento a reunião a Sra. Presidente passou para o próximo item: **2) Reapresentação da prestação de contas 2012:** A Sra. Raquel Bellodi Crepaldi, Analista de Gestão da SEMADS, esclareceu que já houve a apresentação desse assunto em reunião ocorrida no mês de agosto, mas que agora será reapresentada pois foram feitas algumas correções e através de slides (anexo) explicou: que foi realizado um levantamento minucioso com a Secretaria Municipal de Finanças e através deles foi constatado que as despesas que

deveriam ter sido pagas com o recurso com IGD-PBF, havia sido pago com PFMC – Piso Fixo de Média Complexidade e esses ajustes já foram realizados. Estas situações ocorriam, porque o sistema SIIM que é utilizado para contabilização no município, não continha travas e no momento do empenhamento, a vinculação dos convênios, eventualmente, ocorriam de forma incorreta. O MDS deixou claro que esta prestação de contas é com relação a parte financeira, ele não busca informação orçamentária. No caso do recurso IGD-PBF teve algumas alterações, o MDS incluiu como saldo da Proteção Social Básica, o saldo de uma conta antiga (recurso denominado PBT), estamos aguardando informações do MDS sobre como esse recurso poderá ser utilizado, cujo saldo monta um pouco mais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). O repasse referente o PAC II – Piso de Alta Complexidade II está atrasado, em razão do reordenamento da População em Situação de Rua, que apesar de já ter sido encaminhado, ainda não foi liberado pelo MDS; a conselheira Joana de Cássia Prudêncio esclareceu que o plano já foi aprovado, que agora é só aguardar. A técnica Raquel Bellodi Crepaldi explicou ainda que, a orientação do MDS é que o Conselho verifique se os recursos foram bem empregados, e que se isto não ocorrer o valor apontado com “gasto irregular” deve ser devolvido ao MDS. A Senhora Secretária Marilena Negro comentou que seria interessante que esses valores e balanços sejam administrados diretamente pela SEMADS e não mais pelo setor de Finanças, pois ninguém de finanças analisa com detalhes esses valores; o Sr. Denílson Ricardo André, Diretor de Vigilância Social comentou que alertou sobre as alterações que foram feitas e que o setor de vigilância está revendo alguns dados qualitativos e quantitativos das pessoas atendidas pelos serviços de equipamentos da SEMADS (Família Acolhedora, PAEFI, CREAS e CRAS), frisa ainda a importância da atualização correta da parte física para que possamos comprovar onde estão sendo gastos os valores, os números aqui apresentados cruzam com dados informados no MDS; A Secretária e conselheira Marilena Perdiz Negro, sugeriu que no encaminhamento de resolução de aprovação da Prestação de Contas 2012 ao MDS, seja anulada a resolução anterior e que agora se aprove sem ressalvas, uma vez, por conta das prorrogações de prazo concedidas pelo MDS, pois tivemos tempo hábil de efetuar os devidos ajustes, o CMAS só terá que fazer um parecer concordando com as contas de 2012. A Sra. Raquel Bellodi Crepaldi esclareceu que tem até o fim de outubro para comprovar que o dinheiro foi gasto de maneira adequada e o Conselho concordar. Após essas explicações a Sra. Presidente Maria Aparecida Carlos comentou que o CMAS fará um parecer e enviará a todos via email, pois assim ganhará tempo, questionou a todos presentes se concordam, sendo que, dez conselheiros concordaram e um se absteve de votar; a Sra. Presidente questionou também se todos presentes concordam que seja feita uma resolução sem ressalva, dez conselheiros concordaram e um se absteve, dando continuidade na reunião, pautou o item: **3-) Política da População em situação de rua**, esse item foi dividido em 04 sub temas, **a) Retificação do Plano de Reordenamento de Acolhimento em Situação da População de Rua; b) Posição do Conselho frente as manifestações da População do Anhangabaú; c) Deliberação sobre a realização do Censo da População em Situação de Rua; d) Deliberação sobre a realização de um fórum sobre População em Situação de Rua**, a conselheira Joana de Cássia Prudêncio esclarece que em relação ao **a-) Retificação do Plano de Reordenamento de Acolhimento em Situação da População de Rua**: esclareceu que na realidade é apenas para informar ao CMAS que o MDS apontou que o abrigo deverá ser entregue em 2014 e não em 2015 como havia sido informado, a conselheira Marilena Negro comentou que teve uma decisão que mantendo o mesmo orçamento a partir do financeiro que foi executado pelas secretarias, uma forma de deliberar a medida da necessidade, tem que inserir no PPA como um compromisso de ter o custeio para o

abrigo, que será em torno de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil) para 2015, agora se faz necessário que seja realizado em 2014, e agora poderemos começar o projeto de chamamento público para executar e antecipar o custeio que vai ter que ter posição política. **b) Posição do Conselho frente as manifestações da População do Anhangabaú:** a conselheira Marilena Negro comentou sobre a movimentação que está acontecendo no bairro Anhangabaú sobre a política dos moradores em situação de rua e que os alguns jornais têm procurado a SEMADS para saber a respeito. Nesse sentido foi dito ao Jornal de Jundiaí que "não estamos fazendo o reordenamento da política só por que a população do bairro Anhangabaú se juntou a alguns vereadores para fazer manifestações", foi pontuado estamos em processo de construção da política desde o início da gestão, sendo que o CMAS aprovou o plano de reordenamento e as instituições já foram chamadas para negociar os termos dos convênios; neste mês de setembro, o Serviço de Obras Sociais- SOS optou pela "Casa de Passagem", por isso a necessidade de publicar edital, ainda este ano, para o serviço de República, mesmo que seja instalada o ano que vem; solicitou a manifestação do Conselho, junto a Câmara de Vereadores, em defesa da Política para a População de Rua, temos uma responsabilidade, pois não ter essa política significa omissão, não temos ainda a decisão da Casa Santa Marta, a quantidade de vagas que iremos ofertar para o município para a população em situação de rua, é de o total será de 100 (cem) vagas, sendo 50 (cinquenta) para a Casa de Passagens, 40 (quarenta) vagas para o Abrigo e 10 (dez) para a República; essa é a discussão de acolhimento, a discussão de assistência para este público é o Centro Pop, eventualmente se tiver acordo com a Casa Santa Marta pode complementar, ter um ponto de referência do Centro Pop com a qualificação, não para competir e nem para concorrer, então temos esse desenho que já está posto, estamos construindo, e é isso que temos que dialogar com esse público, temos que mostrar a população do bairro Anhangabaú que vamos tirar um serviço de lá, o Centro Pop está sendo implantado próximo a Vila Arens, por uma questão de área e decisão política iremos construir, estamos tomando algumas medidas que irão favorecer o bairro, então se o CMAS entrar nesta discussão e informar que está contornando o plano de reordenamento e que esta disponível para esclarecer a população, a decisão não passará só pelo gabinete do prefeito, mas também pela Semads, mediante a isto a Sra. Presidente colocou a todos a necessidade de se formar uma comissão para fazer esse texto e encaminhar para a Câmara Municipal de Jundiaí, ficou decidido que será compostas por três pessoas: Joana de Cássia Prudêncio, Marco Antonio Simões e Iracilda R. Araujo Sobrinho **c) Deliberação sobre a realização do Censo da População em Situação de Rua:** a conselheira Marilena Negro informou que existe um estudo, feito pela escola política de São Paulo, sobre o CENSO da população em situação de rua, eles tem uma amostra qualitativa para entendermos um pouco o perfil deste público, e é o que nós encomendamos. O valor solicitado para a amostra qualitativa foi elevado, porém, como também é interesse da área da Saúde, estamos fazendo um diálogo para tentarmos financiar e dividir esse valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais); o CENSO possui cinco produtos que são aplicados em três meses, a devolutiva deve ocorrer em 05 (cinco) meses; o perfil que eles colocam é muito interessante, eles tem um parametro de custos, o trabalho é rápido, tem equipe preparada; o ouvinte Marcos Boriero pontuou que no terceiro ano de todo mandato tem que ser realizado um CENSO, pois é um instrumento importante para obter informações que permitam quantificar e caracterizar a população em situação de rua, assim como as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem consideradas cidadãs íntegras, as políticas públicas que as contemplam, devem ser pensadas desde uma perspectiva interdisciplinar e integral, e o setor de Assistência Social tem a responsabilidade exclusiva pelo atendimento a este

segmento, precisamos deste CENSO para sabermos o motivo pelo qual essas pessoas estão lá e quem são elas; a senhora Presidente colocou a importância desse diagnóstico, mas questionou a respeito daquele solicitado pelo CMAS sobre a Assistência; a conselheira Rosângela Moretti esclareceu que a discussão não é em razão de valores, mas do tempo que foi solicitado e até agora não houve retorno e, esse CENSO, a respeito da população em situação de rua, está acontecendo, já tem até a empresa que faz esse serviço; a Sra. Marilena Negro esclareceu que não vê a necessidade do diagnóstico da assistência, pois está acontecendo mudanças gradativamente com o desenho da política de assistência, até já foi elaborado o PPA, e quando ocorre a troca de gestão, o que foi programado se perde; a conselheira Laiza Bissoli comentou sobre a delicada situação de se aprovar algo, sem saber ao certo, qual o valor a ser pago, pois, ainda não tem resposta da Secretaria da Saúde, comentou ainda que, o CMAS tem outras necessidades e que agora a pressão é por conta da movimentação que está acontecendo no bairro do Anhangabau, precisamos pensar; a ouvinte Carolina Vitti explicou que o PPA já passou e que ele abrange a política geral como um todo, é diferente da Política do diagnóstico de população em situação de rua que é fundamental, precisamos de um diagnóstico específico de média e alta complexidade da população em situação de rua; o ouvinte Marcos Antonio Simões comentou que estão sendo pressionados por todos os lados e que não aprovar esse CENSO ficaremos sendo vítimas dos próprios equipamentos, vítimas de preconceito, pois a todo momento estamos sendo cobrados, precisamos garantir que a Política Nacional seja feita, pois precisamos saber onde estas pessoas estão, quem são elas e por que estão lá. O Diretor de Vigilância Denilson Ricardo André colocou que o CENSO é importante para saber quem são de Jundiaí, por que eles deixam suas casas e vão para a rua; a conselheira Lucelena de Fátima Rodrigues questionou se caso o CMAS não aprovar hoje, na próxima reunião terá tempo hábil para contratação dessa empresa, a conselheira Roselaine Timóteo de Mamede explicou que os trâmites devem ocorrer até o dia 15 de outubro para garantir o recurso e a contratação da empresa ainda este ano; Colocado o assunto em votação, ocorreu empate, dessa forma, deverá voltar à pauta para nova deliberação desse Conselho; **d) Deliberação sobre realização de um fórum sobre População em Situação de Rua: a respeito desse assunto** a conselheira Joana Prudêncio pontuou a necessidade de uma discussão mais ampla com os equipamentos da SEMADS e com a própria população, por isso acredita na importância de se realizar um fórum sobre População em Situação de Rua, não tem nada delineado e nem sabe como isso irá acontecer, mas a ideia é dar um "start" para realização deste fórum, que terá como tema o acolhimento e destino da população em situação de rua, o ideal seria após 20 de Novembro deste ano; colocado o assunto em votação, por unanimidade, os conselheiros presentes deliberaram a favor da realização deste fórum no mês de novembro. Não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Claudia Regina Martins de Oliveira, _____, secretária *ad hoc*, lavei a presente ata que, após ser lida e aprovada pelos presentes, será assinada pela Presidente.

Maria Aparecida Carlos
Presidente do CMAS